

Índice

5. Gerenciamento de riscos e controles internos

5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos	1
5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado	2
5.3 - Descrição - Controles Internos	4
5.4 - Alterações significativas	5

10. Comentários dos diretores

10.1 - Condições financeiras/patrimoniais	6
10.2 - Resultado operacional e financeiro	9
10.3 - Efeitos relevantes nas DFs	11
10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases	12
10.5 - Políticas contábeis críticas	15
10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs	19
10.7 - Coment. s/itens não evidenciados	20
10.8 - Plano de Negócios	21
10.9 - Outros fatores com influência relevante	22

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

Os principais riscos de mercado que a Companhia está exposta referem-se a riscos cambiais e taxas de juros e estão detalhados no item 5.2 deste formulário.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado

As operações financeiras da Companhia são realizadas por intermédio da área financeira de acordo com a estratégia conservadora, visando segurança, rentabilidade e liquidez. Todas as operações são conduzidas dentro das orientações estabelecidas pela Administração.

Os critérios de seleção das instituições financeiras obedecem a parâmetros que levam em consideração, a estrutura, o custo e o prazo das operações cotadas:

a) Risco de moeda com variações cambiais

A Companhia não tem exposição relevante ao risco de variação em moeda estrangeira.

b) Risco de Crédito

Os instrumentos financeiros que sujeitam a Hercules a riscos de crédito referem-se, as contas a receber. Todas as operações da Hercules são realizadas com bancos de reconhecida liquidez, o que minimiza seus riscos.

	31/12/13	31/12/12	31/12/11
Contas a receber de clientes	1.270	1.504	1.209

c) Risco de taxa de juros

Decorre da possibilidade da Hercules sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, a Hercules mantém acompanhamento permanente do mercado.

Na data das demonstrações financeiras, o perfil dos instrumentos financeiros remunerados por juros da Hercules eram

	31/12/13	31/12/12	31/12/11
Instrumentos de taxa variável			
Passivos financeiros	-	349.040	310.533
	-	349.040	310.533

Análise de sensibilidade de valor justo para instrumento de taxa fixa

A Hercules contabiliza todos os ativos ou passivos financeiros de taxa de juros fixa pelo valor justo por meio do resultado. Portanto, uma alteração nas taxas de juros na data de relatório não alteraria o resultado.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado*Análise de sensibilidade de valor justo para instrumento de taxa variável*

Uma alteração nas bases das taxas de juros, na data das demonstrações financeiras, teria aumentado (reduzido) o resultado do período de acordo com os montantes mostrados abaixo. A análise considera que todas as outras variáveis, são mantidas constantes.

A análise é conduzida com a mesma base para 2012.

Instrumentos de taxa variável	31/12/2013	31/12/2012		
Passivos financeiros	-	-		
Passivos com partes relacionadas	-	349.040		
	Receita sobre índice 31/12/2013	Taxa provável	Aumento de 25%	Aumento de 50%
Passivos financeiros sujeitos a variação IPCA	0,35%	0,35%	0,44%	0,53%
Projeção sobre passivo com partes relacionadas		-	-	-

d) Risco de liquidez

Representa o risco de escassez e dificuldade da Hercules honrar suas dívidas. A Hercules procura alinhar o vencimento de suas dívidas com o período de geração de caixa para evitar o descasamento e gerar a necessidade de maior alavancagem.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

Não houve alterações nos principais riscos de mercado que a Companhia considere significativas naqueles já descritos no item 5.2 nesta seção.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Alterações significativas

Não há outras informações que a Companhia considere relevante em relação ao item riscos de mercado, além daqueles já descritos nesta seção.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**a) Condições financeiras e patrimoniais gerais:**

Nos últimos anos a Administração da Companhia vem trabalhando na reestruturação da marca e redefinição estratégica do negócio da Hercules S.A. O crescimento do faturamento de produtos licenciados no exercício de 2013, base para cálculo dos royalties por licenciamento de marca, foi de 28%, quando comparado a mesmo exercício de 2012.

Com a comprovação da credibilidade na marca Hercules e a elasticidade da mesma, tendo em vista um trabalho diferenciado em relação ao que o mercado vinha atuando, proporcionam aumentar ainda mais o mix de produtos para alcançar a meta anual de faturamento da Companhia, o crescimento da marca está ligado a lançamento em diversos segmentos de produtos.

As receitas operacionais correspondem às receitas de royalties sobre um percentual auferido pelas vendas efetuadas pelo representante autorizado a comercializar suas marcas, a receita é reconhecida ao valor líquido conforme estabelecido em cláusulas contratuais.

Em 2013, a Companhia encerrou o exercício com uma receita bruta de R\$ 3.512 e EBITDA de R\$ 3.067.

Em 2012, a Companhia apresentou uma receita bruta total de R\$ 3.903 mil, ante aos R\$ 3.104 mil de 2011, aumento de 25,74%. A administração da Companhia superou importantes desafios para a normal continuidade operacional da Companhia, a manutenção de ações apresentadas em seu Planejamento Estratégico, cujos pontos básicos eram incrementar os negócios por agregação de valor aos produtos, lançamento de novos produtos licenciados e ingresso em novos canais de venda.

Em 2011, a Companhia apresentou uma receita bruta total de R\$3.104 mil e EBITDA de R\$ 2.246.

b) estrutura de capital e possibilidade de resgate de ações ou quotas, indicando: i. hipótese de resgate; ii. fórmula de cálculo do valor de resgate

CAPITAL TOTAL	2013	2012	2011
	R\$ mil	R\$ mil	R\$ mil
Capital de terceiros	420.097	386.759	353.952
Capital Próprio	22.809	22.809	22.809

Não há possibilidade de a Companhia propor o resgate de suas ações.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**c) capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos.**

A Companhia está realizando trabalho de diagnóstico e revisão de todos os impostos e contribuições federais.

Este trabalho de revisão busca a adequação da real e devida obrigação tributária que compõem o saldo contábil/fiscal, depois de analisadas dentro do enquadramento da atual legislação e jurisprudências pacificadas de última instância no poder judiciário.

Nesta linha, dada a complexidade e volume do trabalho em desenvolvimento, a Companhia assinou contrato com consultoria jurídica para revisão e adequação de todo o passivo tributário federal das empresas do grupo.

Os consultores estão ultimando as providências para apontamento dos equívocos aos órgãos competentes, trabalho este que já mapeou a existência de divergências em mais de 100 processos, com potencial de redução atrelado aos parcelamentos federais instituídos pelas Leis nº. 9.964/2000 (REFIS) e nº. 11.941/2009.

Na atual fase, já estão sendo protocoladas petições específicas, com o objetivo de reduzir substancialmente a dívida da Companhia consolidada nos parcelamentos federais acima delineados.

As matérias objeto dos pedidos de cancelamento e extinção de débitos requeridos à Procuradoria da Fazenda Nacional e Receita Federal do Brasil, que administram e cobram os débitos Companhia, encontram amparo legal no CTN, Leis Ordinárias, Medidas Provisórias, Pareceres e Notas editadas pela PGFN com aprovação ministerial (MF), Soluções de Consulta Internas editadas pelo COSIT E CODAC, acórdãos e decisões do STJ e STF.

A conclusão da revisão nos moldes acima trará uma redução no desembolso mensal das parcelas vinculadas.

d) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes Utilizadas.

A Companhia não mantém financiamentos ou empréstimos com instituições financeiras.

e) fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez.

Não se aplica a Companhia.

f) Níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo ainda: i. Contratos de empréstimos e financiamentos relevantes; ii. Outras relações de longo prazo com instituições financeiras; iii. Grau de subordinação entre as dívidas; iv. Eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário.

Em dezembro de 2013 foi aprovada a emissão de debêntures, no montante de R\$ 389.007, com as características de debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, da espécie subordinada, emitidas privadamente e integralmente subscritas pelo valor nominal à vista por meio de utilização de créditos detidos pela Subscritora Mundial S.A – Produtos de Consumo em face a Emissora, decorrente de saldo por mútuo e conta corrente, devidamente escriturado na contabilidade das mesmas, no ato da subscrição.

g) Limites de utilização dos financiamentos já contratados

Não se aplica a companhia.

h) Alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras.

Não houve alterações significativas.

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro**a) Resultados das operações do emissor, em especial: i. Descrição de quaisquer componentes da receita; ii. Fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais.**

A administração da Companhia mantém as perspectivas cuidadosamente otimistas, podendo levar a Companhia a repetir o bom resultado operacional, como observado no terceiro trimestre de 2013, caso o mercado doméstico não apresente mais nenhuma surpresa negativa.

A participação da Companhia na feira Gift Fair, feira de produtos de cozinha, decoração e presentes de março 2014, confirmou as projeções estabelecidas nas edições de 2011, 2012 e 2013, que credenciava a marca para alavancar ainda mais a categoria de produtos ofertados, buscando ampliação do mix e maior participação no canal varejo e distribuição, algumas novas categorias foram apresentadas e com sucesso nas vendas e aceitação dos revendedores.

A aceitação dos produtos com as marcas destacadas acima fica evidenciada quando observamos o crescimento do faturamento base para cálculo dos royalties por licenciamento, que no exercício de 2013 foi de 28% superior quando comparado ao exercício de 2012.

Exercício 2012.

Ao longo dos últimos anos a administração da Companhia vem trabalhando na reestruturação da marca e redefinição estratégica do negócio da Hercules S.A. O crescimento do faturamento de produtos licenciados em 2012, base para cálculo dos royalties por licenciamento de marca, foi de 24,8 %, quando comparado a 2011. O retorno da marca Hercules ao varejo vem sendo prestigiado por um número cada vez maior de distribuidores e varejistas.

A receita operacional líquida da Companhia cresceu 25,74% em 2012 quando comparada a 2011. Tal fato deu-se pelo lançamento de novas linhas de produtos apresentadas em nossa participação na feira Gift Fair, Março 2012, onde novos clientes foram conquistados e negócios foram fechados.

b) Variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços.

A extensa linha de produtos desenvolvidos com as Marcas Hercules, Vetro (copos vidros e cristais), Hercules Porzelon (Louças e travessas), Hercules Deco (objetos de decoração) e Hercules (Talheres e utensílios de cozinha) vem tendo uma aceitação cada vez maior comprovando o acerto do novo posicionamento da marca.

O crescimento da marca está ligado a novos lançamentos em diversos segmentos de produtos, o que tem contribuído para o aumento da geração de caixa da Companhia.

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

- c) impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor.**

Resultado Financeiro

O resultado financeira da Companhia corresponde a atualização do mútuo de 6% a.a mais IPCA e atualização do passivo tributário com atualização pela Selic.

Os valores resultados das atualizações estão demonstrados abaixo.

	<u>31/12/13</u>	<u>31/12/12</u>	<u>31/12/11</u>
Resultado operacional antes do resultado financeiro e da participação em controlada	3.067	4.802	2.203
Prejuízo operacional antes do IR e CSLL	(38.744)	(32.002)	(39.060)
Capital de giro	(4.639)	(2.680)	(8.269)

10. Comentários dos diretores / 10.3 - Efeitos relevantes nas DFs

a) Introdução ou alienação de segmento Operacional;

Não se aplica a Companhia.

b) Constituição, aquisição ou alienação de participações societária

Não houve aquisição ou alienação de participação societária.

c) Eventos ou operações não usuais:

Não se houve.

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases**a) mudanças significativas nas práticas contábeis**

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos nos balanços patrimoniais:

Os instrumentos financeiros não - derivativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado;

b) efeitos Significativos das alterações em práticas contábeis

Os novos pronunciamentos aprovados em 2012, não se aplicam as atividades da Companhia.

c) Ressalvas e ênfase presentes no parecer do auditor**Base para opinião com ressalva dos auditores**

Conforme mencionado na nota explicativa 9, a Companhia mantém saldos contábeis passivos e de resultado relativos às suas obrigações fiscais, incluindo obrigações sociais. Os valores apresentados pelos órgãos fiscais, relativos aos impostos a recolher apresentam divergências em relação aos saldos contábeis da Companhia. A Companhia está em processo de revisão dos saldos tributários divergentes com as posições dos órgãos fiscais e outras apurações dos valores devidos, que envolvem um volume significativo de processos, informações de terceiros e estudos da legislação para a apuração dos saldos finais, e estas não foram finalizadas até a conclusão da nossa auditoria. Consequentemente, não nos foi possível concluir se eventual ajuste seria necessário nos ativos, passivos e no resultado do exercício como resultado da resolução deste assunto.

Comentário da Companhia

A Companhia está realizando trabalho de diagnóstico, revisão de todo o passivo tributário e apuração de valores devidos, notadamente as rubricas consolidadas nos parcelamentos federais, REFIS, PAES e 11.941/2009. Referida revisão busca apontar e sanar valores em duplicidade, valores abarcados pela prescrição e/ou decadência, bem como impostos cujas cobranças possuem valores excedentes (ex.: multas e juros calculados de forma equivocada).

Nesta linha, dada a complexidade e volume de trabalho em desenvolvimento, a Companhia assinou contrato com consultoria jurídica para revisão e adequação de todo passivo tributário federal.

Os consultores estão ultimando as providências para apontamento dos equívocos aos órgãos competentes, trabalho este que já mapeou a existência de divergências em mais de 100 processos, com potencial de redução atrelado aos parcelamentos federais instituídos pelas Leis nº. 9.964/2000 (REFIS) e nº. 11.941/2009.

Na atual fase, já estão sendo protocoladas junto a Receita Federal do Brasil petições específicas, com o objetivo de reduzir substancialmente a dívida da Companhia consolidada nos parcelamentos federais acima delineados.

Considerando a complexidade do trabalho de revisão, bem como as dificuldades na obtenção de todas as cópias necessárias junto aos órgãos federais competentes, não é

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases

possível neste momento quantificar de forma precisa as incongruências no passivo tributário ora revisado.

As matérias objeto dos pedidos de cancelamento e extinção de débitos requeridos à Procuradoria da Fazenda Nacional e Receita Federal do Brasil, que administram e cobram os débitos Companhia, encontram amparo legal no CTN, Leis Ordinárias, Medidas Provisórias, Pareceres e Notas editadas pela PGFN com aprovação ministerial (MF), Soluções de Consulta Internas editadas pelo COSIT E CODAC, acórdãos e decisões do STJ e STF.

A conclusão da revisão nos moldes acima trará uma redução no desembolso mensal das parcelas vinculadas.

Ênfase dos auditores***Continuidade operacional e debêntures a pagar a empresa relacionada***

Sem ressaltar nossa opinião, chamamos a atenção para o fato de que a Companhia incorreu em prejuízo líquido de R\$ 33.866 e possui um passivo a descoberto (patrimônio líquido ativo) de R\$ 414.127 mil em 31 de dezembro de 2013. Além disso, possui debêntures a pagar a empresa relacionada nos valores de R\$ 960 mil e R\$ 388.047 mil, demonstrados no circulante e não circulante, respectivamente bem como passivo tributário em processo de revisão conforme nota explicativa 9. Essas condições indicam a existência de incerteza significativa que pode levantar dúvida quanto à capacidade de liquidação saldo de debêntures a pagar e da continuidade operacional da Companhia. A continuidade operacional da Companhia depende do sucesso da administração na implementação de plano de reestruturação descrito na nota explicativa 2.

Comentário da Companhia

Nos últimos anos a Administração da Companhia vem trabalhando na reestruturação da marca e redefinição estratégica do negócio da Hercules S.A. O crescimento do faturamento de produtos licenciados no exercício de 2013, base para cálculo dos royalties por licenciamento de marca, foi de 28%, quando comparado a mesmo exercício de 2012. O retorno da marca Hercules ao varejo vem sendo prestigiado por um número cada vez maior de distribuidores e varejistas. A extensa linha de produtos desenvolvidos com as Marcas Hercules, Vetro (copos vidros e cristais), Hercules Porzellan (Louças e travessas), Hercules Dekò (objetos de decoração) e Hercules (Talheres e utensílios de cozinha) vem tendo uma aceitação ainda maior no mercado, comprovando o acerto do novo posicionamento da marca.

Em 13 de dezembro de 2013 foi realizada AGE que aprovou a emissão de debêntures de 2ª emissão privada, simples, não conversíveis em ações, da espécie subordinada, em uma única série no montante de R\$ 389.007, pelo valor nominal à vista por meio de utilização de débitos mantidos junto a Mundial S.A – Produtos de Consumo, decorrente de saldo por mútuo e conta corrente totalmente aprovado pela Mundial S.A em AGE na mesma data.

As debêntures são perpétuas e somente ocorrerá o seu vencimento, de sua quitação integral, em caso da dissolução da sua emissora, ou, antecipadamente se a emissora descumprir qualquer das obrigações estabelecidas na escritura de emissão.

O valor nominal das debêntures, sobre o qual não incidirá qualquer correção monetária, será pago em espécie e (i) amortizado anualmente, com base no fluxo de caixa operacional livre do exercício social vencido, nos 10 primeiros dias úteis após a divulgação das demonstrações financeiras da Emissora, em qualquer das formas previstas no Art. 133 da lei nº 6.404/76, obrigatoriamente, e (ii) amortizado

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases

trimestralmente caso haja fluxo de caixa operacional livre positivo, nos 10 primeiro dias úteis após a divulgação das demonstrações financeiras da emissora do trimestre imediatamente anterior, em qualquer das formas previstas no Art. 133 da lei nº 6.404/76, e, de forma não obrigatória e a exclusivo critério da Emissora, e por ocasião do vencimento final ou do vencimento antecipado, até 10º dia útil posterior ao evento.

Hercules S.A., oferece como garantia de penhor os registros da Marca de sua titularidade para assegurar o fiel, pontual e integral cumprimento das obrigações principais e acessórias assumidas.

A Companhia reconhece as dificuldades de estrutura de capital, elevado custo financeiro e baixa liquidez corrente, no entanto a Administração não tem dúvida quanto a continuidade operacional dos seus negócios.

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras.

a. Instrumentos financeiros

Ativos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece os empréstimos e recebíveis inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia “desreconhece” um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pela Hercules nos ativos financeiros são reconhecidos como um ativo ou passivo separadamente.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Hercules tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

A Companhia classifica os ativos financeiros não derivativos nas seguintes categorias: empréstimos e recebíveis.

b. Empréstimos e recebíveis

Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

Os empréstimos e recebíveis abrangem: Clientes e Outros créditos.

i. Passivos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece títulos de dívida emitida e passivos subordinados inicialmente na data em que são originadas. Todos os outros passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia “desreconhece” um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expirada.

A Companhia têm os seguintes passivos financeiros não derivativos: fornecedores e outras contas a pagar.

ii. Capital social

Ações ordinárias

Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquido de quaisquer efeitos tributários.

Ações preferenciais

Ações preferenciais são classificadas no patrimônio líquido caso não sejam resgatáveis, ou resgatáveis somente à escolha da Companhia e quaisquer dividendos sejam discricionários. Dividendos pagos são reconhecidos no patrimônio líquido quando da aprovação pelos acionistas da Companhia.

Os dividendos mínimos obrigatórios conforme definido em estatuto são reconhecidos como passivo.

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas**c. Investimentos**

O investimento em coligada está avaliado pelo método da equivalência patrimonial em contrapartida de conta de resultado operacional, exceto quanto às variações cambiais sobre investimentos no exterior, registrados na rubrica "Ajustes acumulados de conversão", no grupo de "Outros resultados abrangentes" no patrimônio líquido, para serem reconhecidas no resultado quando da baixa ou venda do investimento. Os demais investimentos são registrados pelo valor de custo de aquisição e ajustados ao valor de mercado, quando aplicável.

d. Ativo intangível**i. Reconhecimento inicial**

A Companhia reconhece um ativo intangível quando este puder ser separado da entidade e vendido, transferido, licenciado, alugado ou trocado, independentemente da intenção de uso pela entidade e que resultar de direitos contratuais ou outros direitos legais cujos custos possam ser mensurados com confiabilidade e que seja provável que benefícios futuros sejam obtidos. Esses ativos são mensurados pelo valor justo no reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, o ativo intangível é mensurado pelo custo deduzidos das perdas por redução ao valor recuperável.

ii. Gastos subsequentes

Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os futuros benefícios econômicos incorporados no ativo específico aos quais se relacionam. Todos os outros gastos, incluindo gastos com marcas, são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

iii. Amortização

A vida útil estimada de ativo intangível, marcas e patentes, para o exercício corrente e comparativo é indefinida.

Os métodos de amortização, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício e ajustados caso seja apropriado.

e. Redução ao valor recuperável (impairment)**i. Ativos financeiros (incluindo recebíveis)**

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, a reestruturação do valor devido à Companhia sob condições que a Companhia não consideraria em outras transações, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para um título. Além disso, para um instrumento patrimonial, um declínio significativo ou prolongado em seu valor justo abaixo do seu custo é evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável.

ii. Ativo financeiro mensurado pelo custo amortizado

A Companhia considera evidência de perda de valor para recebíveis tanto no nível individualizado como no nível coletivo. Todos os recebíveis individualmente significativos são avaliados quanto à perda por redução do valor recuperável. Todos os recebíveis individualmente significativos identificados como não tendo sofrido perda de valor individualmente são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que tenha ocorrido, mas não tenha sido ainda identificada. Recebíveis que não são individualmente importantes são avaliados

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

coletivamente quanto à perda de valor por agrupamento conjunto desses títulos com características de risco similares.

Ao avaliar a perda por redução de valor recuperável de forma coletiva, a Companhia utiliza tendências históricas da probabilidade de inadimplência, do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração quanto às premissas e se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

Uma perda por redução ao valor recuperável com relação a um ativo financeiro mensurado pelo custo amortizado é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão contra recebíveis. Os juros sobre o ativo que perdeu valor continuam sendo reconhecidos. Quando um evento subsequente indica uma redução da perda de valor, a redução na perda de valor é revertida através do resultado.

iii. Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, que não o imposto de renda e contribuição social diferidos, são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado. No caso de ativos intangíveis com vida útil indefinida, o valor recuperável é estimado anualmente.

Uma perda por redução no valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC (Unidade Geradora de Caixa) exceder o seu valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo é o maior, entre o valor em uso e o valor justo, menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto antes de impostos que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao exercício de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo ou UGC. Para a finalidade de testar o valor recuperável, os ativos que não podem ser testados individualmente são agrupados ao menor grupo de ativos, que geram entrada de caixa de uso contínuo e que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou grupos de ativos (a "unidade geradora de caixa ou UGC").

As perdas de valor recuperável são revertidas somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

f. Reserva de reavaliação

Constituída em decorrência das reavaliações de bens do ativo imobilizado, da coligada, anteriores a 31 de dezembro de 2007.

A reserva de reavaliação está sendo realizada por depreciação reflexa, baixa, ou constituição de provisão para redução ao valor recuperável dos bens reavaliados contra lucros acumulados.

g. Receita operacional

Royalties

As receitas operacionais correspondem as receitas de royalties sobre um percentual auferido pelas vendas efetuadas pelo representante autorizado a comercializar suas marcas, a receita é reconhecida ao valor líquido conforme estabelecido em cláusulas contratuais.

h. Despesas financeiras

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre o saldo de conta de mútuo. Custos de empréstimos que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado através do método de juros efetivos.

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas**i. Imposto de renda e contribuição social**

Não existem saldos de imposto de renda e de contribuição social correntes apurados para o exercício devido aos prejuízos fiscais apresentados. Como a Companhia encontra-se em fase de reestruturação, não é possível estimar com segurança os lucros tributáveis futuros, de modo que não são reconhecidos ativos fiscais diferidos.

j. Resultado por ação

O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado do exercício atribuível aos acionistas da Companhia e a média ponderada das ações ordinárias e preferenciais no respectivo exercício. O resultado por ação diluído é calculado por meio da referida média das ações em circulação, nos exercícios apresentados, nos termos do CPC 41.

k. Demonstrações de valor adicionado

A Companhia elaborou demonstrações do valor adicionado (DVA) nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias conforme BRGAAP aplicável às companhias abertas.

10. Comentários dos diretores / 10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs**a) grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e providências adotadas para corrigi-las**

A Companhia acredita que todos os procedimentos internos adotados são suficientes para garantir qualidade, confiabilidade e eficiência satisfatórias para elaboração adequada das demonstrações financeiras.

A administração, a partir da revisão feita no sistema de controle interno e dos procedimentos contábeis efetuados pelos auditores independentes, analisará todas as recomendações apontadas e no decorrer do exercício atual providenciará as devidas correções e adequações.

b) deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório do auditor independente

A administração da Companhia acredita que seus controles internos são suficientes para elaboração adequada das demonstrações contábeis.

c) medidas adotadas para corrigir tais deficiências.

A companhia com base nas melhores práticas, através de sua estrutura interna, busca avaliar constantemente a eficiência e eficácia, bem como, manter atualizados seus sistemas de controles, com o objetivo de mitigar eventuais perdas que possam advir de sua exposição ao risco e o fortalecimento de processos e procedimentos.

10. Comentários dos diretores / 10.7 - Coment. s/itens não evidenciados**a) como os recursos resultantes da oferta foram utilizados**

A Companhia não realizou oferta pública de ações nos três últimos exercícios sociais.

b) se houve desvios relevantes entre a aplicação efetiva dos recursos e as propostas de aplicação divulgadas nos prospectos da respectiva distribuição

A Companhia não realizou oferta pública de ações no último exercício social.

c) caso tenha havido desvios, as razões para tais desvios

A Companhia não realizou oferta pública de ações no último exercício social.

10. Comentários dos diretores / 10.8 - Plano de Negócios

a) os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (offbalance sheet items), tais como: i. arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos ii. carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos iii. contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços iv. contratos de construção não terminada v. contratos de recebimentos futuros de financiamentos

Não se aplica a Companhia.

b) outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Não há outros itens relevantes que não foram evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia do exercício de 2013.

10. Comentários dos diretores / 10.9 - Outros fatores com influência relevante

a) como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor; b) natureza e o propósito da operação; c) natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação

Não há outros itens relevantes que não foram evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia do exercício de 2013.